

# MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

2  
3 **ATA DA CERIMÔNIA DE ABERTURA DOS TRABALHOS E 1<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA**  
4 **DA COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS -**  
5 **CEMDP**

7 No dia trinta de agosto de dois mil e vinte e quatro, na Sala de Reuniões Plenária do Ministério dos  
8 Direitos Humanos e da Cidadania, localizada no Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C -  
9 Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A, 9º andar - Brasília/DF, foi realizada a Cerimônia de  
10 Retomada dos Trabalhos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - CEMDP,  
11 às dez horas da manhã. Tomaram assento à mesa o Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania,  
12 Silvio Luiz de Almeida; a Presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos,  
13 Eugênia Augusta Gonzaga; o Secretário de Estratégia e Projetos do Conselho Nacional de Justiça,  
14 Gabriel Silveira Matos; o Chefe do Gabinete Especial da Presidência da República, Marco Aurélio  
15 de Andrade Lima; e o Chefe da Assessoria Especial de Defesa, Democracia, Memória e Verdade do  
16 Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Nilmário de Miranda. Nilmário de Miranda  
17 proferiu as palavras de abertura da cerimônia comemorando o reinício dos trabalhos da CEMDP e  
18 enfatizando a importância da luta pela democracia. A Presidente da CEMDP, Eugênia Augusta  
19 Gonzaga, agradeceu pelo retorno à presidência da comissão, pela confiança depositada nela e o  
20 apoio recebido, ainda saudou as pessoas que foram responsáveis pela retomada dos trabalhos da  
21 CEMDP. Ato contínuo, os integrantes da CEMDP, Diva Soares Santana, Maria Cecília de Oliveira  
22 Adão, Rafaelo Abritta, Ivan Cláudio de Garcia Marx e a presidente Eugênia Augusta Gonzaga,  
23 realizaram a assinatura da Resolução que estabelece o novo Regimento Interno do Colegiado. Em  
24 seguida, o Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania e a Presidente da CEMDP realizaram a  
25 assinatura de pedido de emissão de Resolução, que disponha sobre as retificações dos assentos de  
26 óbito das vítimas da ditadura militar brasileira, ao Conselho Nacional de Justiça. A entrega do  
27 referido pedido foi realizada por Diva Soares Santana, Representante dos familiares na CEMDP, ao  
28 Secretário de Estratégia e Projetos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Gabriel Silveira Matos.  
29 Este, por sua vez, de posse da palavra, agradeceu à Comissão pela oportunidade de participar de



30 uma celebração tão importante para a democracia brasileira e se comprometeu a encaminhar a  
31 proposta de Resolução ao CNJ. Adiante, o Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio  
32 Luiz de Almeida, cumprimentou os familiares das vítimas, bem como todos os presentes. enfatizou  
33 a importância da retomada dos trabalhos da Comissão enquanto política de cuidado e o esforço do  
34 MDHC para que isto ocorresse. Encerrada a cerimônia, teve início a pausa para o almoço.

35 Às 14 horas, os integrantes da CEMDP, Eugênia Augusta Gonzaga, Diva Soares Santana, Ivan  
36 Cláudio de Garcia Marques, Natália Bonavides e Maria Cecília de Oliveira Adão, tomaram assento  
37 à mesa e prosseguiu-se com a abertura da 1ª Reunião Ordinária da CEMDP em 2024, com a  
38 seguinte pauta: apresentação dos integrantes, apresentação da estrutura de apoio à CEMDP no  
39 MDHC e orçamento da área, abertura do plenário para recebimento de propostas do público ao  
40 plano de trabalho da Comissão. Após uma fala breve de cada integrante, foi apresentado vídeo  
41 enviado pela integrante Vera Paiva, devido à sua impossibilidade de comparecimento. Ato  
42 contínuo, o Coordenador-Geral de Apoio à CEMDP (CG.CEMDP), Caio Cateb, apresentou um  
43 panorama dos trabalhos realizados pela área até então e o orçamento disponível para a realização  
44 das atividades. Seguidamente, prosseguiu-se a apresentação cultural com Itamar Correia e a  
45 apresentação do vídeo intitulado “Achados e Perdidos: Pequena memória para um tempo sem  
46 memória”. Aberta a oportunidade de debates, a Representante do Centro pela Justiça e Direito  
47 Internacional (CEJIL), Luana Batista, proferiu a leitura da carta em nome das Organizações  
48 Mitigantes do caso Araguaia no Sistema Interamericano de Direitos Humanos, contendo  
49 considerações à CEMDP quanto à priorização da identificação dos remanescentes humanos  
50 encontrados onde ocorreu a Guerrilha do Araguaia, que se encontram sob tutela do Estado, em  
51 Brasília, e a continuidade da investigação quanto ao paradeiro das pessoas desaparecidas na região.  
52 No que se refere às iniciativas de busca e localização, manifestou que devem ser realizadas com a  
53 participação de familiares, sociedade civil e dos órgãos de sistema de justiça, sem a presença das  
54 Forças Armadas e pautadas pelos princípios de imparcialidade e transparência. Também foi  
55 sugerida a ampla participação dos familiares no planejamento e na execução das expedições, assim  
56 como na indicação de peritos independentes para acompanhar os trabalhos de busca e a criação de  
57 uma coordenação de investigação com pessoas experientes na área e na produção de provas para  
58 fins judiciais e administrativos. Quanto à elaboração de plano de busca, é recomendada a utilização



59 de metodologia e sistema adequados para coleta e cruzamento das informações, ater-se à prévia  
60 reconstituição de óbitos das operações realizadas anteriormente pelas Forças Armadas na região e  
61 basear-se em informações em posse Estado sobre o ocorrido com as vítimas, o que implica na  
62 concessão do acesso às mesmas. Por fim, o CEJIL considera a necessidade de equipar a CEMDP  
63 com recursos humanos e financeiros suficientes para que possa cumprir suas funções de forma  
64 efetiva. O Representante da Coalizão Memória, Verdade e Justiça, Léo Alves, procedeu à leitura do  
65 pronunciamento aprovado em reunião ocorrida no dia 29 de agosto de 2024, com integrantes da  
66 Coalizão. Dentre as sugestões apresentadas, houve o pedido de garantia de orçamento e de recursos  
67 humanos de forma a viabilizar os trabalhos da CEMDP; a retomada dos encontros de familiares,  
68 com destaque para a necessidade de realização de encontros regionais; a constituição de um Comitê  
69 de Acompanhamento das Atividades da CEMDP, composto por entidades da sociedade civil; o  
70 desenvolvimento pela CEMDP de ações educativas; a busca de maior presença de público em seus  
71 eventos; a viabilização do acolhimento de novos casos e a inclusão de setores historicamente  
72 excluídos do escopo da CEMDP, tais como indígenas, moradores de favela e periferias e a  
73 população negra. Foi sugerido também que se leve em conta a inversão do ônus da prova na análise  
74 dos requerimentos, haja vista a dificuldade de muitos familiares para levantar o conjunto probatório  
75 necessário. Na sequência, o Assessor Especial do Presidente da República, Sérgio Ferreira,  
76 questionou sobre a possibilidade de solicitar, formalmente, ao Ministério da Defesa e às três Forças  
77 Armadas, uma visita aos seus Centros de Informações, a fim de coletar dados sobre documentações  
78 que perdidas e extraviadas desde a época do Golpe. Posteriormente, Armando Rollemburg,  
79 Representante da Associação Brasileira de Imprensa - ABI, apresentou documento que enfatiza a  
80 importância da recriação da Comissão, dado que muitas pessoas ainda seguem desaparecidas e que  
81 há a necessidade de se investigar os casos de camponeses e indígenas, assim como as populações de  
82 favelas e periferias, vitimadas pela violência do Exército e das polícias na ditadura. Destacou-se a  
83 importância da transformação dos espaços utilizados pelos órgãos de repressão em Centros de  
84 Memória, (como já foi feito com o Memorial da Resistência, no antigo DOPS, em São Paulo, e se  
85 anuncia fazer com a Casa da Morte, em Petrópolis). O Defensor Regional dos Direitos Humanos de  
86 São Paulo, Érico Oliveira, parabenizou pela retomada dos trabalhos da CEMDP e se colocou à  
87 disposição, assim como toda a Defensoria Regional dos Direitos Humanos de São Paulo. Cristina



88 Capistrano sugeriu que a Comissão entre em contato com o Ministério da Educação a fim de  
89 produzir um material acessível, a partir do ensino médio, sobre a história do período. Miro lembrou  
90 que os familiares aguardam há muito tempo pela identificação de entes queridos e ressaltou a  
91 importância de zelar para que os trabalhos nas instâncias de justiça de transição sejam  
92 desenvolvidos de modo a evitar que pessoas desaparecidas sejam revitimizadas por não serem  
93 reconhecidas como tal, devido à detalhes de informações e de ausência de provas documentais. Em  
94 seguida, Gilney Viana, Representante de pesquisadores e Representações Camponesas que se  
95 reúnem na Comissão Camponesa da Verdade, considerou a necessidade de ampliar o número de  
96 pessoas reconhecidas como atingidas pela ditadura, não apenas os 434 considerados pela Comissão  
97 Nacional da Verdade (CNV), e ofereceu o trabalho que vem sendo desenvolvido pela sua  
98 representação, a fim de auxiliar as demandas e atividades da CEMDP. A Ex-Presidente da  
99 Associação de Anistiados Políticos da Paraíba, Helena, solicitou a inclusão de outras pessoas dentre  
100 as consideradas mortas e desaparecidas devido à ditadura militar, como João Goulart e Juscelino  
101 Kubistchek, e que seja realizado um Seminário Interministerial e Nacional que aborde esse tema tão  
102 relevante. Jana Sá propôs que a Comissão avance na investigação e no reconhecimento dos casos de  
103 militantes mortos após a redemocratização como parte da luta, memória, verdade e justiça no Brasil.  
104 Fernanda Rocha, em referência à causa dos Camponeses do Estado da Paraíba, reforçou a  
105 importância de retomar e voltar o olhar para as ligas camponesas e questionando acerca da  
106 ampliação de escopo dos trabalhos da comissão, se é possível a abertura de novos requerimentos.  
107 João Marcos Santa Cruz inquiriu sobre as questões afetas ao planejamento e orçamento da  
108 Comissão. Em resposta às proposições apresentadas, a Presidente da CEMDP, Eugênia Augusta  
109 Gonzaga pontuou sobre a importância das parcerias para realização dos trabalhos da Comissão e  
110 solicitou que as entidades que apresentaram documentos escritos os protocolem de forma a  
111 possibilitar a análise das considerações e sugestões. Esclareceu que a CEMDP planeja dar apoios  
112 baseados em informações aos projetos de espaços de memória e ressaltou a responsabilidade da  
113 Assessoria Especial de Defesa, Democracia, Memória e Verdade do MDHC sobre o tema.  
114 Assegurou que foram realizadas reuniões com os Ministros da Justiça e Defesa na outra gestão e  
115 essa será uma pauta prioritária para este ano. Concluiu garantindo que todas as manifestações foram  
116 registradas e serão contempladas no Plano de Trabalho da referida Comissão. Maria Cecília de



117 Oliveira Adão reforçou a importância da incorporação de novos atores – quilombolas, camponeses, 118 indígenas – dentro do escopo das vítimas. Rafaelo Abritta pontuou que o Ministro da Defesa, José 119 Múcio Monteiro, está empenhado em conseguir equacionar as pendências e, assim, conseguir 120 atingir a finalidade da referida Comissão. Natália Bonavides concluiu que será necessário unir 121 forças e buscar apoio com os partidos que se alinham à pauta e sugeriu à Coalizão Memória que 122 prepare uma Moção ou Carta falando sobre a importância do tema, para que seja distribuída nos 123 gabinetes, a fim de buscar apoio à causa. **Encerramento:** O mestre de cerimônias agradeceu a 124 participação dos convidados e declarou encerrada a Cerimônia de Abertura dos Trabalhos e 1<sup>a</sup> 125 Reunião Ordinária da CEMDP. **Encaminhamentos:** Realizar o protocolo dos requerimentos 126 apresentados na reunião de forma a garantir a apreciação das sugestões pela CEMDP e possível 127 inclusão no plano de trabalho. Deste modo, a Carta da Associação Brasileira de Imprensa – ABI 128 compõe o **Anexo I**, e a Carta do Centro pela Justiça e o Direito Internacional – CEJIL, o **Anexo II**, 129 **da presente ata**. Não consta envio de documento elaborado pela Coalizão Memória. Quanto à 130 solicitação da CEJIL, de transferência imediata dos remanescentes ósseos que estão na 131 Universidade de Brasília - UnB para o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense – 132 CAAF/Unifesp, deliberou-se pela solicitação de audiência judicial para tratar dessa possibilidade, 133 ou eventualmente, ao ICMP, que já está responsável pela análise de outros remanescentes ósseos de 134 vítimas da ditadura.